

Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): A Pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural

Monumenta Program in Penedo (Alagoas, Brazil): Poverty as obstacle in the revitalization of the Cultural Heritage

Silvana Pirillo Ramos (RAMOS, S. P.)*

RESUMO - Penedo, município ao sul do Estado de Alagoas (Brasil), foi tombado em 1995 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e está entre os 26 municípios brasileiros escolhidos para o desenvolvimento do Programa Monumenta, que tem como meta revitalizar o patrimônio cultural, de forma a torná-lo autossustentável, e fomentar o turismo cultural. O artigo tem por objetivo analisar como um programa político se traduz no cotidiano de quem vivencia e sofre, diretamente, as consequências das ações por ele implementadas. A análise se estruturou por meio de revisão bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas com moradores do centro histórico do município a fim de identificar a relação que estabeleciam com a forma de ativação do patrimônio cultural, promovida pelo Programa Monumenta. Como resultado, verificou-se que a população foi convidada a participar das reformas estruturais, dos processos de revitalização do patrimônio cultural e da construção do turismo no município, mas apresentou dificuldades em compreender e aceitar as ações propostas pelo IPHAN. A partir da situação socioeconômica da população, foram estabelecidas relações diferenciadas com o patrimônio cultural e configuradas formas desiguais de apropriação do espaço que comprometeram as metas do Programa Monumenta e a sustentabilidade da política pública.

Palavras-chave: Turismo; Patrimônio Histórico; Turismo Cultural; Programa Monumenta; Pobreza.

ABSTRACT - Penedo, city located in the south of Alagoas state, was overturned in 1995 by the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) and it is among the 26 Brazilian cities chosen to the development of Monumenta Program that aims to revitalize the cultural heritage, making it self-sustaining and promote cultural tourism. The paper aims to analyze how a political program is reflected in the daily lives and who directly suffer the consequences of its implementation. The analysis is structured by bibliographic and documentary review and semi-structured interviews with residents of the historic center of Penedo in order to identify the relationship they establish with the form of activation of cultural heritage promoted by the program. As a result, it was verified that the population was invited to participate in the process of revitalization of the cultural heritage and tourism construction in the city but they thought difficult to understand and accept the actions proposed by IPHAN and cannot

* Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado), Mestrado em Política e Doutorado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no Curso de Turismo e Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), líder do Grupo “Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo” da UFAL e colaboradora da “Base Interdisciplinar de Pesquisa em Turismo e Sociedade” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço para correspondência: Avenida Divaldo Suruagy, s./n. CEP: 57200-000 - Penedo – Alagoas (Brasil). Telefone para contato 55 (82) 3551-2784. E-mail: silvanapirillo@uol.com.br.

get the demands represented in the execution of actions of Monumenta program. From the socioeconomic situation of the population were established different relationships with the cultural heritage and set unequal ways of space appropriation that compromise the goals of the Program and the sustainability of the public policy.

Key words: Tourism; Heritage; Cultural Tourism; Monumenta Program; Poverty.

1 INTRODUÇÃO

Penedo, município ao sul do estado de Alagoas, as margens do Rio São Francisco, berço de significativo patrimônio cultural, é um dos 26 municípios brasileiros contemplados pelo Programa Monumenta (BRASIL, 2012a). Foi tombado em 18 de dezembro de 1995, pela Portaria nº 169 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (1995) e participa, desde 2001, do programa que deu início ao que se pode chamar de processo de reconstrução da paisagem urbana, na tentativa de que ela retratasse o fascínio e a beleza de um período da história brasileira e pudesse se tornar um atrativo para o desenvolvimento do turismo. (BRASIL, 2012a).

A preocupação com o patrimônio histórico marca o despertar do município para o turismo, mais especificamente, para o que se denomina “turismo cultural”, aqui considerado a partir da definição do Ministério do Turismo (BRASIL, 2012d) como “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Em 2012, a produção da cana de açúcar, desde a segunda metade do século XVI a principal atividade econômica do Estado de Alagoas, encontra-se decadente e a população de toda a região sul do Estado sobrevive, em maioria, de rendas provenientes de recursos do governo federal. (IPEADATA, 2012).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Penedo conta com uma área de 689 Km² e possui uma população de 60378 habitantes. Fundado em 1565, ainda no início da colonização portuguesa, seu povoamento iniciou-se em 1545, com Duarte Coelho de Albuquerque, que veio para explorar a região do Rio São Francisco, sendo o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, na política de capitanias hereditárias dos portugueses. (VALENTE, 1957). Ainda, segundo o autor, em 1637, iniciou-se a presença holandesa na região, com a invasão do local por parte de Maurício de Nassau, com o objetivo de ocupação de todo o norte e nordeste brasileiros, permanecendo até 1645.

Penedo passou por vários ciclos econômicos, teve ligações com o sertão, com o ciclo do gado e, como todo o Estado de Alagoas, teve participação significativa no ciclo do açúcar, apresentando muitos engenhos, casas grandes e senzalas. No início da

República, segundo Diegues Júnior (1980), Penedo marcava sua presença no cenário alagoano como capital da região, com um movimentado e poderoso porto fluvial, explorando o Rio São Francisco e como berço de diversas famílias consideradas nobres e influentes na política local.

Na segunda metade do século XX o transporte fluvial entrou em processo de decadência, com a construção de rodovias e ferrovias e Penedo foi perdendo, gradativamente, sua importância no cenário econômico. (DIEGUES JR, 1980).

Ao caminhar pelas ruas estreitas do município, percebe-se que portugueses e holandeses deixaram muitas marcas no local. Seus inúmeros monumentos apresentam estilo colonial e arquitetura neoclássica e verifica-se também a presença da *art nouveau* do final do século XIX. São muitos os monumentos históricos: 13 igrejas, 10 capelas, museus diversos, dentre eles o Museu do Paço Imperial, local de hospedagem do Imperador D. Pedro II quando visitou o nordeste brasileiro e o Teatro Sete de Setembro, primeiro teatro a ser construído no Estado de Alagoas, cenário de festejos e bailes carnavalescos do final do século XIX. (SETUR, 2012).

Tendo em vista o patrimônio histórico e os atrativos naturais do Rio São Francisco, o município de Penedo apresenta um significativo potencial turístico, mas ainda são muitos os entraves para que o turismo represente uma atividade econômica central em seu processo de desenvolvimento.

Embora os monumentos históricos de Penedo tenham passado por um longo processo de restauração e o município promovido pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, em um amplo trabalho de marketing, no Salão de Turismo – Roteiros do Brasil¹, nas três últimas edições do evento (2009, 2010 e 2011), ainda não se verifica a chegada de novos investidores e nem fluxo de turistas. Alguns vêm, apenas para fazer uma breve visita, trazidos pelos receptivos que atuam em Maceió, a serviço de grandes operadoras que ainda vendem Alagoas como um destino de sol e mar e complementam com algum atrativo cultural.

Programas políticos desenvolvidos no município evidenciam sua vocação para o turismo. Destacam-se o Programa dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais Caminhos do São Francisco, desenvolvido pela Secretaria de Estado do

¹ O Salão do Turismo é uma estratégia de mobilização, promoção e comercialização dos roteiros turísticos desenvolvidos a partir das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, promovido pelo Governo Federal por meio do Ministério do Turismo. (BRASIL, 2012c).

Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, com o objetivo promover o desenvolvimento da atividade turística de forma responsável com foco no mercado regional² (SEPLANDE, 2012) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Cidades Históricas, coordenado pelo Ministério da Cultura – MinC, que visa fomentar as cadeias produtivas locais, representado pelas cidades históricas, a partir do viés do turismo, com objetivos de investir na infraestrutura urbana e social, permitir a inclusão das cidades históricas e seu entorno nas ações da agenda social do governo federal e no combate a pobreza. (BRASIL, 2012b).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) apresenta uma atuação direta no cotidiano dos moradores de Penedo, como órgão gestor do PAC e como agente executor das ações do Programa Monumenta. Seguindo princípios determinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Programa propõe ações conjuntas e de cooperação entre os três níveis do setor público, a comunidade e a iniciativa privada, para manter conservados e socialmente apropriados os bens tombados nos municípios atendidos. (UNESCO, 2012a).

O Programa Monumenta direciona suas ações para o cumprimento de metas de preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano, de estímulo às ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente e de valorização e incentivo às ações e projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto. (BRASIL, 2012a).

Os projetos municipais devem se centralizar nas manifestações e necessidades da população local. Com o intuito de mapear os interesses e promover as intervenções necessárias por parte da população, compete ao Monumenta promover oficinas de planejamento participativo, nas quais, a maioria dos representantes seja originária da comunidade e da iniciativa privada. O programa tem como meta a autossustentabilidade das diferentes regiões no que se refere à preservação do patrimônio cultural.

² O Arranjo Produtivo Local (APL) compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras etc.) envolvendo características culturais, econômicas, ambientais e sociais que significam a base para a união e cooperação dos atores envolvidos, formado uma rede complexa de relações sociais que devem se sustentar pela parceria e o compromisso social. (SEBRAE, 2004, p. 7).

O presente artigo analisa a relação da população de Penedo com a forma de ativação do patrimônio cultural promovido pelo Programa Monumenta e o processo de desenvolvimento do turismo cultural no Município. Objetiva-se compreender as formas desiguais de apropriação do espaço geradas a partir da execução das ações do Programa Monumenta, o comprometimento do caráter de política pública e o cumprimento das metas estabelecidas.

O referencial teórico metodológico se constitui por observação participante do cotidiano da população no município, pela análise de documentos, dentre eles o Inventário Nacional de Referências Culturais de Penedo - IPHAN (ZAMBI; MAGALHÃES, 2010), e pela realização de entrevistas semiestruturadas com a população residente no centro histórico do município, principal cenário das ações do programa, a fim de, por meio da análise dos discursos, apreender aspectos relevantes das relações estabelecidas.

O artigo promove uma reflexão sobre a importância de se identificar como um programa político se traduz no cotidiano de quem vivencia e sofre diretamente as consequências das ações por ele implementadas, o que permite indicar os elementos que dificultam o processo de sensibilização e mobilização, fatores centrais para o desenvolvimento dos programas políticos de turismo e cultura.

2 PROGRAMA MONUMENTA E INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) EM PENEDO

O IPHAN foi criado em 1937, inicialmente com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SEPHAN. (DUARTE JR., 2010). O autor menciona que em suas origens o SEPHAN dava prioridade a conservação e recuperação da arte colonial, um tanto desprezada e ameaçada em meios a uma sociedade industrial que se desenvolvia de forma absolutamente desordenada, atribuindo diferentes características ao espaço urbano e definindo uma multiplicidade de recursos.

A América Latina passou por grandes e significativas transformações nas décadas de 1980 e 1990, em função de políticas de cunho neoliberal, sempre com o propósito de redução do papel do Estado a um instrumento de regulamentação no

cenário político e a ampliação das demandas pela participação e parceria da sociedade civil. (POZZER, 2011).

As políticas neoliberais tiveram seus princípios amplamente discutidos no Consenso de Washington, encontro que foi realizado em novembro de 1989, propondo uma reflexão sobre a situação socioeconômica da América Latina com a participação das agências multilaterais, representantes governamentais americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Mundial, economistas e pesquisadores de diversas partes da América (POZZER, 2011).

O Consenso de Washington marca o desenvolvimento de diversas políticas neoliberais, dentre elas as políticas de cultura e as que vão determinar os critérios e finalidades para a preservação do patrimônio histórico.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, traz a definição do patrimônio cultural brasileiro como sendo “os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (BRASIL, 1998). A definição revela que a concepção de preservar o patrimônio começa a se desvincular somente de obras de restauração de monumentos históricos e caminha para um trabalho com os saberes e fazeres da comunidade, aqui denominados de patrimônio imaterial.³

Com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e apoiado tecnicamente pela UNESCO, o Programa Monumenta foi instituído pelo Ministério da Cultura, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) orientando-se pelos princípios das políticas neoliberais. (POZZER, 2011). A partir de 1997, segundo o mesmo autor, o BID configurou-se como uma agência parceira do Brasil nos programas relacionados ao patrimônio cultural junto ao Ministério da Cultura, quando forma-se uma equipe técnica em cooperação com os técnicos da UNESCO, definindo-se locais e ações prioritárias.

Em 2003, o Programa Monumenta busca parcerias com estados, municípios e iniciativa privada e participação mais ativa da sociedade civil. (BRASIL, 2012a). Na mesma fonte também consta que em 2006, o coordenador nacional do Programa é nomeado presidente do IPHAN resultando na incorporação da administração do

³ A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." (UNESCO, 2012a).

Programa Monumenta ao referido órgão e ambos a gestão governamental e o Ministério da Cultura inicia o Programa Monumenta, considerando-o como um programa estratégico:

Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. (BRASIL, 2012a).

A princípio, o Programa Monumenta contempla 26 municípios brasileiros, escolhidos de acordo com a representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação. São eles: Alcântara (Maranhão/MA), Belém (Pará-PA), Cachoeira (Bahia-BA), Congonhas (Minas Gerais- MG), Corumbá (Mato Grosso do Sul- MS), Diamantina (Minas Gerais- MG), Goiânia (Goiás-GO), Icó (Ceará-CE), Laranjeiras (Sergipe- SE), Lençóis (Bahia-BA), Manaus (Amazonas-AM), Mariana (Minas Gerais- MG), Natividade (Tocantins- TO), Oeiras (Piauí-PI), Olinda (Pernambuco-PE), Ouro Preto (Minas Gerais-MG), Pelotas (Rio Grande do Sul-RS), Penedo (Alagoas-AL), Porto Alegre (Rio Grande do Sul-RS), Recife (Pernambuco-PE), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ), Salvador (Bahia-BA), São Cristóvão (Sergipe- SE), São Francisco do Sul (Santa Catarina- SC), São Paulo (São Paulo-SP), Serro (Minas Gerais -MG). (BRASIL, 2012a).

O término para o repasse dos recursos do Monumenta, em Penedo, ocorreu em 2010 e foram investidos doze milhões de reais em obras de revitalização do patrimônio (UNESCO, 2012a). Por outro lado, é possível verificar que as metas do programa não apresentavam o mínimo de condições de serem consideradas como atingidas, mesmo com significativas obras de restauração do patrimônio arquitetônico em monumentos históricos e em espaços públicos, como as obras da Igreja Nossa Senhora da Corrente, Mercado Público, Pavilhão da Farinha, Casa da Aposentadoria, Igreja de São Gonçalo Garcia, Praça Barão de Penedo, Praça Padre Veríssimo, Praça Rui Barbosa, Rua Dâmaso do Monte, Avenida Floriano Peixoto, Adro da Igreja Corrente/prolongamento da Rua 7 de setembro, Praça Costa e Silva, Rua Dom Jonas Batinga, Rua São Miguel, Orla de Penedo. O aspecto físico dos bens imóveis, ruas, praças e espaços de

convivência foram restaurados, por meio de reformas estruturais e recuperação de fachadas, mas os respectivos usos pela população local ou mesmo para o turismo não foram otimizados no município, comprometendo a proposta de revitalização do patrimônio cultural.

Não é possível considerar o processo de restauração destes espaços, em Penedo, como um processo efetivo de revitalização do patrimônio cultural, considerando-se que revitalizar, no sentido estrito do termo, seria dar uma nova vida, revigorar, reviver e enfim atribuir um novo significado, mais especificamente, estimular relações diferenciadas da população com o espaço, em um processo de sensibilização que a conduzisse a ressignificá-lo.

A revitalização do patrimônio cultural envolve os bens imóveis em seu aspecto físico, o patrimônio material, mas necessariamente teria que incluir, também, o patrimônio imaterial que, segundo o Portal do IPHAN (BRASIL, 2012) é “transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade”.

O Programa Monumenta inicia-se nos municípios como um programa estratégico de desenvolvimento calcado em uma política cultural. A compreensão do que seria uma política cultural é um elemento central para subsidiar uma análise do programa. Para tanto será considerada a concepção de política cultural de Canclini (2001, p. 65), definida como:

El conjunto de intervenciones realizadas por el estados, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social.

A definição do autor conduz a importância da análise do processo de “desenvolvimento simbólico” e principalmente do “consenso para o ordenamento e a transformação” no que se refere a comunidade de um local e sua relação com o processo de restauração do patrimônio cultural. O desenvolvimento simbólico deve ser compreendido a partir de um processo de ressignificação das relações com o espaço decorrentes de intervenções no cotidiano dos moradores geradas pela execução dos programas políticos.

Embora a proposta do Programa Monumenta seja a de construir o desenvolvimento com a ampla participação dos atores sociais locais e envolvê-los com a ressignificação do patrimônio, percebe-se, no caso de Penedo, a total despreocupação em compreender o universo simbólico da população alvo e que, embora consultá-la, por meio de oficinas participativas, fosse uma exigência nos princípios dos termos de referência, há um desprezo total para com seus valores e concepções.

Muitas vezes, a referida população é vista como alienada e caracterizada como sem consciência e desinteressada em sua própria história e cultura, pelos próprios gestores do programa. Dessa forma percebe-se que concepções de saber e poder, de cultura e de sociedade se interligam tanto no processo de estruturação quanto no de execução das políticas:

[...] as políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural, assim como a prática do profissional do turismo, inserem-se em um campo ideológico que resgata fragmentos do passado e que pertencem agora à sociedade industrializada do presente que permite indagar as concepções de saber e de poder, de cultura e de sociedade em um movimento entre passado e presente (BAHL; SOUZA, 2011, p. 30)

A meta de autossustentabilidade do patrimônio cultural por meio da parceria com a comunidade, a iniciativa privada e os órgãos públicos não foi alcançada pelo Programa Monumenta em Penedo, uma vez que a maioria da população do município necessita de aportes federais, sendo beneficiária de programas sociais, não apenas para manter o patrimônio histórico, mas para conseguir a própria sobrevivência em um contexto adverso de miséria e exclusão social. Soma-se ainda a dificuldade desta população de compreender a importância das ações de restauração e de apresentar uma relação significativa com os novos usos propostos ao patrimônio cultural, o que impede que o mesmo seja considerado como efetivamente revitalizado.

3 REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UM CENÁRIO DE POBREZA

A identidade de um município relaciona-se com o seu passado, mas também apresenta uma relação com a forma como se pode planejar o amanhã, constituindo-se

em uma somatória de vivências e experiências cotidianas que geram as perspectivas de futuro (GRINOVER, 2007).

Um presente repleto de dificuldades para a própria sobrevivência e um futuro incerto, como o do Município de Penedo, comprometem o processo de resignificação do passado sendo que a população não se reconhece no patrimônio e não estabelece com ele uma relação de pertencimento. Como observa Baptista (2008) a identidade, dos lugares não está nas suas potencialidades materiais, mas sim na forma como são apropriados, percebidos, desfrutados, amados, e, sobretudo, partilhados.

As necessidades básicas insatisfeitas, a privação, a vulnerabilidade social, a ausência de uma perspectiva de futuro tornam-se empecilhos para uma população atribuir um valor ao que seria do âmbito da cultura e compreender a importância e o significado da revitalização do patrimônio cultural, principalmente quando o programa político se sobressai por meio de ações centradas na revitalização de bens imóveis.

No entanto, questões como a pobreza, a vulnerabilidade social de uma população e dificuldades para o desenvolvimento sócio econômico dos municípios são elementos apontados por diversos autores, como Duarte Jr (2010) e Pozzer (2011), como responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, em vários municípios, no cenário nacional, uma vez que locais que apresentavam desenvolvimento e prosperidade econômica não conseguiram preservar seus bens arquitetônicos.

Nas localidades em que os interesses econômicos migraram, como foi o caso de Ouro Preto, que deixou de ter importância para a mineração e também deixou de ser capital do estado de Minas Gerais, ou ainda do recôncavo baiano, com a perda de vitalidade do negócio do cacau, seus bens arquitetônicos sobreviveram, diferentemente de outras localidades que sofreram forte pressão imobiliária como é o caso da cidade de São Paulo, que perdeu praticamente todo seu patrimônio colonial pelo ímpeto construtivo instigado pela “pujança econômica. (POZZER, 2011, p. 8).

Dessa forma, o Programa Monumenta visa construir uma paisagem determinada a partir da ativação do patrimônio cultural, como um recurso para a dinamização de um turismo cultural em diferentes municípios, até então, cenários de economias absolutamente decadentes. (POZZER, 2011).

Em Penedo, observa-se que a decadência econômica foi motivo para a permanência desse patrimônio cultural e que sua atual situação de pobreza é motivo para que se invista nestes bens como elementos atrativos para o turismo cultural, a fim

de promover o desenvolvimento, em um local cujos caminhos para a melhoria das condições socioeconômicas da população são muito limitadas, ou seja, o Programa Monumenta entra em cena como uma política de turismo e cultura vislumbrada como uma espécie de “tábua de salvação”.

Penedo insere-se no Estado de Alagoas onde cerca de 80% dos investimentos feitos provém do Governo Federal e os principais beneficiados são os “senhores da cana de açúcar”, sendo que, 18 famílias de usineiros dominam 65% do Produto Interno Bruto (LIRA, 2007). Trata-se do segundo estado brasileiro com maior índice de Gini (0,54)⁴ no país, o que aponta para uma concentração de renda nas mãos de uma minoria, ou para significativa diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

O pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do país (0.67), segundo a Confederação Nacional dos Municípios é do Estado de Alagoas (CNM, 2012). Apresenta, também, a maior taxa de mortalidade infantil do país sendo que, 46,4 a cada mil crianças nascidas vivas, morrem antes de completarem um ano de vida o que significa mais que o dobro da média nacional, que é de 22 (IBGE, 2010). Segundo a mesma fonte consta que Alagoas é a unidade da federação com a pior taxa de analfabetismo: 24,6% de analfabetos e 36,5% de analfabetos funcionais e que apenas 20% das residências no Estado são atendidas por rede de esgoto, caracterizando a deficiência do saneamento básico.

Penedo é um município que acompanha tanto a miséria econômica do Estado de Alagoas como a conjuntura do exercício de poder político concentrado nas mãos de determinadas famílias que dominam todo o litoral sul de Alagoas, há mais de um século. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (2000) é de 0,665, e o índice de Gini, em 2010, é de 56,58 (PNUD, 2012). Segundo o censo demográfico do IBGE (2010), 26,9% da população penedense encontra-se entre a linha da indigência e da pobreza e 33,7% abaixo da linha da indigência⁵ e o índice de analfabetismo é de 29,3% entre os que têm 15 anos ou mais de idade. Ainda, que apenas 26,7% dos domicílios em Penedo

⁴ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

⁵ Somada a renda de todas as pessoas do domicílio e dividida pelo número de moradores, considera-se abaixo da linha da pobreza a renda *per capita* menor que meio salário mínimo e abaixo da linha da indigência a renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. (CEF, 2012).

possuem acesso a rede geral de esgotamento sanitário e, identificou-se em 2012, que a maior parte do destino final do esgoto sem tratamento algum é o rio São Francisco.

Dados coletados a partir da contagem das inscrições da população junto aos programas sociais na Prefeitura Municipal de Penedo em 2011 revelam que 11600 famílias estavam cadastradas no Programa Bolsa Família⁶ do Governo Federal, e 8543 sendo beneficiárias do programa, caracterizadas como extremamente pobres, com renda *per capita* de até setenta reais por mês.

A população de Penedo se caracteriza pela baixa renda, mas considerando-se um conceito multidimensional de pobreza, é notória, também, sua condição de pobreza de capacidades. Nos parâmetros da pobreza multidimensional evidencia-se que bem estar, conforto, cultura, educação, expectativa de vida são elementos tão necessários a sobrevivência quanto a alimentação e o acesso ao consumo.

Esse conceito relativo de pobreza ou de pobreza de capacidades é construído por Sen (2000) como princípio básico na elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano. Para o autor a pobreza não pode ser reduzida à privação de renda, mas deve-se considerar a redução de capacidades essenciais para a vida em sociedade, permeada pelas questões da qualidade de vida e da dignidade. Trata-se da liberdade de fazer suas escolhas e da autonomia nas ações, sendo que a liberdade econômica e a política sempre caminham juntas e são interdependentes.

Narayan (2000) realizou avaliações participativas sobre a pobreza tentando compreender a percepção dos pobres sobre a sua própria situação de vida. Os conceitos são construídos a partir da própria voz dos pobres que vão definindo seus sentimentos de privação e exclusão e a forma como são traduzidos nas relações cotidianas.

Crespo e Gurovitz (2002, p. 49) sintetizam as análises realizadas por Narayan (2000) da seguinte maneira:

Os pobres têm consciência de sua falta de voz, poder e independência que os sujeita à exploração. A pobreza os deixa mais vulneráveis à humilhação e ao tratamento desumano pelos agentes públicos e privados a quem, freqüentemente, solicitam ajuda. Os pobres também falam sobre a dor causada pela inevitável ruptura com as normas sociais e sua incapacidade de manter sua identidade cultural por meio da participação em tradições,

⁶ A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda *per capita* de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda *per capita* entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. (CEF, 2012).

festivais e rituais. A incapacidade de participar na vida comunitária leva a uma ruptura das relações sociais.

A partir disso, deve-se considerar o aspecto psicológico da pobreza e sua relação com a identidade cultural como elementos fundamentais para a compreensão das relações sociais estabelecidas. Os hábitos e costumes são criados e recriados a fim de se adequarem as necessidades cotidianas de sobrevivência e, dessa forma, as relações dos indivíduos com o espaço em que vivem passam por processos de transformação.

As obras de restauração do patrimônio acabam gerando conflitos na medida em que demandam destinação de verbas públicas significativas e ocorrem em um cenário de privações cotidianas, de necessidades básicas insatisfeitas em função das próprias condições de infraestrutura pública local e de cidadania, como é possível observar no caso do município de Penedo.

4 O PROGRAMA MONUMENTA E A POPULAÇÃO LOCAL: ASPECTOS MÚLTIPLOS DE UMA RELAÇÃO.

A partir de entrevistas semiestruturadas com a população residente no Centro Histórico de Penedo⁷ foi possível constatar os conflitos que foram gerados pelo processo de tombamento e pelas ações do Programa Monumenta. No local convivem casas habitadas com casas abandonadas, muitas em ruínas, a maioria de famílias tradicionais da sociedade alagoana que se mudaram em função da perda do espaço do município de Penedo no cenário econômico alagoano. A população que permanece residindo é excessivamente revoltada com o fato do tombamento não permitir que realize alterações estruturais e nas fachadas de suas residências e com as determinações do IPHAN referentes ao tipo de tinta, a cor e a todos os detalhes para eventuais alterações e manutenções necessárias aos imóveis.

Entre outras questões, os moradores relataram que são impedidos de realizarem o chamado “puxadinho”, espécie de construção anexa para a moradia de um filho, familiar ou amigo, elemento reconhecido nas necessidades cotidianas da população, que

⁷ Foram realizadas 25 entrevistas, no período de fevereiro junho de 2011, com moradores do Centro Histórico do Município de Penedo (residentes há mais de dez anos), que vivenciaram as transformações provocadas pelas intervenções realizadas pelo Programa Monumenta.

tem muita dificuldade de acesso à casa própria, porque as normas do IPHAN não permitem alterações estruturais no patrimônio tombado. Tantas intervenções se traduzem nos discursos como indignação e dúvida sobre o fato de realmente serem os proprietários das casas e o tombamento passa a ser compreendido como uma espécie de desapropriação do imóvel.

O Programa Monumenta compreende um programa de financiamento para reformas em imóveis de caráter privado, com taxa de juro zero e os prazos de até vinte anos para obras de recuperação de fachadas sendo que as propostas de reformas dos imóveis passam por um processo de seleção, por meio de edital público, lançado pelo município ou estado (IPHAN, 2012). Por outro lado, a maioria da população do centro histórico relatou que não apresenta condições de pleitear o financiamento sendo que apresentar uma proposta de reforma da própria casa nos moldes demandados pelos critérios do IPHAN é apontado como um elemento que limita a autonomia do proprietário e que dificulta e, muitas vezes, inviabiliza as reformas dos imóveis privados.

A população se manifesta indignada com os gastos com a restauração dos bens imóveis promovida pelo Programa Monumenta e o descaso simultâneo com as ruas em péssimas condições, sem asfalto, cobertas pelo mato ou totalmente esburacadas, o esgoto, muitas vezes, exposto a céu aberto, desaguando no Rio São Francisco. Soma-se ainda a indignação com a precariedade do transporte público, da saúde e da educação, entre outros serviços básicos incapazes de atender, efetivamente, à demanda local.

O resultado das entrevistas revelou que há um desconhecimento por parte da população sobre a origem das verbas públicas e as finalidades a que se destinam sendo que, muitas vezes, considera-se a destinação dos recursos do Programa Monumenta para a restauração dos bens imóveis como um desvio da verba que deveria ser aplicada na melhoria dos serviços básicos e emergenciais.

Os comerciantes relutam também em obedecer às regras do IPHAN e insistem em alterar as fachadas dos prédios históricos que, geralmente, ocupam, com placas, iluminações inadequadas, entre outros recursos. Na mídia local, como nas rádios “Penedo FM” e “Grande Rio FM” e em jornais como o “Conexão Penedo”, e na mídia nacional, a problemática foi diversas vezes relatada, em 2010, 2011 e 2012. Para exemplificar, observa-se o depoimento de Mário Aloisio, superintendente do IPHAN no

Estado de Alagoas, em entrevista ao *site* “Defender-Defesa Civil do Patrimônio Histórico”:

Os comerciantes querem propor painéis e esquecem a identidade do município. É um grande embate que estamos tentando resolver da melhor forma e com a conscientização necessária. Se a população de Penedo perder aquele patrimônio, vai viver do quê? Não existe um sinal de atividade econômica para desenvolver o município, a não ser a letargia da atividade comercial. (COMERCIANTES, 2012).

Outro fator muito criticado pela população foi a mudança da feira livre, espaço de tradição e sociabilidade da população penedense. Os prédios do Pavilhão da Farinha e Mercado Público foram desocupados para restauração, posteriormente o próprio espaço da feira sofreu alterações para execução de obras de infraestrutura urbana e readequação da mesma, comprometendo o uso de um espaço cenário de uma sociabilidade cotidiana inserida nos hábitos da população penedense.

Através do Monumenta também se injetou recursos na revitalização da orla ribeirinha, local que demandava readequações no porto das balsas que atravessam o Rio São Francisco, ligando o Estado de Alagoas e o Estado de Sergipe, e promoveu o fechamento de um dos acessos à rampa do porto, o que gerou um problema de trânsito e de mobilidade no município criando situações de risco e comprometendo a segurança de motoristas e pedestres. A intervenção é assunto debatido na câmara dos vereadores e na mídia local, e alvo de sucessivas reclamações e abaixo assinados feitos pela população local.

Em 2010, concluiu-se o Inventário Nacional de Referências Culturais de Penedo, um trabalho para o IPHAN, sob a coordenação da antropóloga Madalena Zambi e da arquiteta Cristina Magalhães. As pesquisadoras observam no relatório final:

Cabe dizer que, no decorrer do trabalho de campo, notou-se certa animosidade da população com relação ao IPHAN. No caso das entrevistas, para se conseguir acesso às pessoas, recorrentemente foi necessário omitir, de início, que o trabalho estava sendo feito para o instituto. Esta informação só era passada depois que o entrevistado já se sentia seguro e à vontade com o entrevistador. (ZAMBI; MAGALHÃES, 2010, p. 23)

Segundo Zambi e Magalhães (2010), as mudanças, feitas sob a iniciativa do Programa Monumenta e IPHAN, geraram polêmicas e insatisfações na população que não aceitou de bom grado as propostas urbanizadoras, entendendo que se tratava de uma ruptura em uma prática e instalação secular.

A preservação dos bens culturais não pode ser mais importante que as pessoas que deles necessitam para viver: ao recuperar um centro histórico, a revalorização dos monumentos não deve pesar mais que as necessidades habitacionais e simbólicas de seus habitantes (CANCLINI, 1999, p. 21). Os relatos obtidos com as entrevistas realizadas com a população de Penedo e o resultado do Inventário Nacional de Referências Culturais de Penedo realizado por Zambí e Magalhães (2010) permitem a constatação de que a população penedense se revela totalmente descrente com relação à atuação do IPHAN, sentindo-se excluída e, na maioria das vezes, prejudicada pelas intervenções do referido órgão em seu cotidiano. Algumas pessoas reconheceram, em seus discursos, que suas necessidades foram relegadas a um segundo plano e, muitas vezes, até esquecidas.

Nos termos de referência do IPHAN observa-se um paradigma participacionista de preservação do patrimônio que deveria ter como base um debate democrático e a efetiva representação de todos os setores da sociedade a fim de se discutir o que é e como deve ser preservado o referido patrimônio cultural. Esta visão “participacionista” caracteriza-se por considerar como patrimônio não apenas os bens imóveis tradicionais, mas principalmente, os hábitos, costumes e crenças e os próprios espaços do cotidiano da população. (CANCLINI, 1999). O Paradigma participacionista de preservação considera que o valor dos bens e sua capacidade simbólica de legitimação são diretamente subordinados as demandas atuais de seus usuários, que devem ser discutidas através de um processo democrático, como explica Canclini (1999, p. 23):

La selección de lo que se preserva y la manera de hacerlo deben decidirse a través de un proceso democrático en el que intervengan los interesados y se consideren sus hábitos y opiniones. Este enfoque se caracteriza, asimismo, por incluir en el patrimonio tanto los edificios monumentales como la arquitectura habitacional, los grandes espacios ceremoniales o públicos del pasado del mismo modo que parques y plazas de hoy, los bienes visibles junto a las costumbres y creencias.

Por outro lado verifica-se que, nas práticas cotidianas de execução do Programa Monumenta, o paradigma que movimenta a revitalização do patrimônio histórico de Penedo é o Paradigma Mercantilista, ou seja, uma visão que comporta a urgência de transformar os bens culturais em mercadorias vendáveis, obtendo assim algum tipo de rendimento econômico e com essa comercialização do patrimônio tornar

sua preservação autossustentável. Segundo Canclini (1999), o paradigma mercantilista se sustenta na concepção de que o patrimônio histórico apresenta como finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico da localidade. Trata-se de um processo de restauração do patrimônio com a sujeição de critérios artísticos, históricos e técnicos, a espetacularização e a sua utilização com fins recreativos.

Os bens culturais de um município compõem o que se poderia denominar “diferenciação do lugar”, elemento que pode inseri-lo nos critérios de competitividade dos destinos turísticos que atendem as demandas de um mercado de consumo da cultura no cenário global. A diferenciação do lugar, ou o processo de construção da paisagem se dá em torno de instituições sociais dominantes sendo por elas ordenada. Dessa forma Barretto (2002, p. 13-14) questiona sobre o que denomina de lugar do “patrimônio dos vencidos”.

Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir. Se há um patrimônio reconhecido pelos vencedores há, ou houve, um patrimônio dos vencidos. Quem zela por ele?

À medida que a paisagem “dá forma material a assimetria entre o poder econômico e o cultural” (ZUKIN, 1996, p. 216), é possível compreender a situação da população local de um município com as características socioeconômicas de Penedo diante das múltiplas intervenções geradoras de transtornos em seu cotidiano. A proposta de um programa político de cultura e turismo, no âmbito de seus documentos é que seus moradores sejam autores do processo de revitalização do patrimônio, mas o que se pode verificar, analisando as relações cotidianas é que os moradores têm se constituído em meros personagens perdidos em um cenário com o qual cada vez mais perdem a familiaridade.

O desenvolvimento do Programa Monumenta em Penedo revela os inúmeros conflitos que emergem em cena entre os diferentes grupos. A população local, embora no discurso da política, tenha sido chamada a participar e a se apropriar do turismo como atividade econômica viável para desenvolver seu potencial, não apresenta subsídios para relacionar-se com os recursos, aqui representados por aquilo que se ativa no local como “patrimônio cultural”.

Como afirma Canclini (1999, p. 23): “À medida que declinamos a escala econômica e educacional diminuem-se as capacidades de apropriar-se do capital cultural transmitido pelas instituições”, ou seja, há uma relação dialética entre condições econômicas, grau de escolaridade e capital cultural, que precisa ser considerada na própria concepção das políticas culturais. Ele destaca que apesar de, teoricamente, tais bens pertencerem a todos, investigações sociológicas e antropológicas mostram que os diversos setores sociais se apropriam de forma desigual da herança cultural de um país.

Assim a crença em uma suposta democratização da cultura, via acesso aos bens culturais, pode ocultar a dominação se tal acesso se restringir a poder visitar e conhecer os bens do patrimônio histórico, sem condições para analisá-los e interpretá-los e conseqüentemente sem subsídios para estabelecer com eles uma relação efetiva de pertencimento.

Vive-se um fenômeno que ultrapassa a dimensão da exclusão social, aquilo que Giddens (2005, p. 265) denomina exclusão política:

Uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, aos quais podem faltar informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. Fazer lobby, participar de comícios e comparecer a reuniões políticas, tudo isso exige um grau de mobilidade, tempo e acesso a informações que podem estar faltando em comunidades excluídas. Tais desafios crescem em espiral, à medida que as vozes e as necessidades dos socialmente excluídos não conseguem ser incorporadas às agendas políticas.

A exclusão política perpassa por uma relação dialética com a pobreza, ocultando-se no simulacro da gestão participativa, estratégia proposta pelos parâmetros de um Estado Neoliberal para a construção do desenvolvimento econômico. Para as agências multilaterais a participação dos atores sociais é fator fundamental nos termos de referência para que os recursos sejam obtidos, dessa forma a participação da população de um local passa a ser fator determinante para a sobrevivência das localidades e ocorre, atualmente, como um simulacro, ou seja, como uma imagem hiper-real, necessária para a própria sobrevivência do local pela via das estratégias para a captação de recursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do resultado das entrevistas com moradores, da análise do Inventário Nacional de Referências Culturais de Penedo e da observação participante do cotidiano do município, verifica-se que o Programa Monumenta não conseguiu fomentar o turismo cultural que é dependente de muito mais que uma política de revitalização do patrimônio cultural. As intervenções criaram e recriaram espaços no município, muitas vezes, estranhos ao próprio morador, alterando completamente suas relações cotidianas o que gerou conflitos e, até mesmo, uma aversão da população local para com o próprio IPHAN.

A pobreza da maioria da população (entendida, de forma multidimensional, como pobreza de renda e de capacidades) constituiu-se em um entrave para o desenvolvimento do programa que, não conseguiu cumprir sua meta de conscientização da população sobre a importância de se preservar o acervo existente e, muito menos, de se destinar recursos que poderiam ser utilizados na melhoria de suas condições de vida para obras de restauração do patrimônio cultural.

Houve falhas no processo de gestão participativa considerando-se a necessidade da representação da população local que teve suas demandas desconsideradas. O desenvolvimento do programa político careceu de discussões conjuntas dos significados de cada aspecto do patrimônio cultural, com respeito a memória e valorização da tradição, e, sobretudo, com amplo envolvimento, sensibilização e mobilização de todos os atores envolvidos no processo de adequação do espaço e nas propostas de novos usos do patrimônio cultural, como sua transformação em atrativo turístico.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu a caracterização de como um programa político se traduz no cotidiano de quem vivencia e sofre diretamente as consequências das ações por ele implementadas e possibilitou identificar os elementos que entravam o processo de sensibilização, mobilização da população local e de constituição de uma gestão participativa com o envolvimento de todos os atores sociais, elementos centrais para o desenvolvimento e a consequente sustentabilidade dos programas políticos de turismo e cultura.

6 REFERÊNCIAS

BAPTISTA, I. Hospitalidade e Eleição Intersubjectiva: sobre o espírito que guarda os lugares. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 5-14, 2008.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

BAHL, M.; SOUZA, S. R. Conservação do Patrimônio Histórico Cultural e os Profissionais de Turismo: Uma relação Possível. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 1, n. 2, p. 26-35, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>. Acesso em: 15/09/2012

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Portal do IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 07/09/2012.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **Programa Monumenta**, 2012a. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164>. Acesso em: 08/09/2012.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **PAC das Cidades Históricas**. 2012b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/tag/pac-das-cidades-historicas/>>. Acesso em: 12/11/2012.

BRASIL, Ministério do Turismo (Mtur). **Salão de Turismo - Roteiros do Brasil**. 2012c. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/salao/sobre_evento/principal/>. Acesso em: 24/09/2012

BRASIL. Ministério do Turismo (Mtur). **Turismo Cultural**. 2012d. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_cao_segmentos/turismo_cultural.html>. Acesso em: 19/09/2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). **Bolsa Família**. 2012. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp>. Acesso em: 12/09/2012

CANCLINI, N. G. Definiciones en transición. In: MATO, D. (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

_____. Los Usos Sociales del Patrimonio Cultural In: AGUILAR, E. **Patrimonio Etnológico**. Nuevas Perspectivas de Estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Índice de Desenvolvimento Humano**, 2012. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/idh/uf_idh.asp?iIdUf=100127>. Acesso em: 16/11/2012.

COMERCIANTES de Penedo resistem em preservar. **Defender - Defesa Civil do Patrimônio**, Cachoeira do Sul, RS, Set.2011. Disponível em: <<http://www.defender.org.br/penedoce-comerciantes-de-penedo-resistem-em-preservar/>>. Acesso em: 24/09/2012.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE-Eletrônica**. V.1, n. 2, 2002. p. 37-54. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>>. 2002, v. 1. Acesso em: 12/11/2011.

DIEGUES JR., M. **O Banguê das Alagoas - Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional**, Maceió: EDUFAL, 1980.

DUARTE JR, R. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, mai./out. 2010.

GIDDENS, A. Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social. In: **Sociologia**, Porto Alegre: ARTMED, 2005, p. 254-281.

GRINOVER, L. **A Hospitalidade, a Cidade e o Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 20/11/2010.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Contas Regionais**, 2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1675233566&Tick=1277324441713&VAR_FUNCAO=Ser_TemasNiv%28120%2C2%29&Mod=R>. Acesso em: 08/05/2012.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Gabinete da Presidência. Portaria nº 169 de 18 de dezembro de 1995. Dispõe sobre o tombamento do Centro Histórico do Município de Penedo. **Diário Oficial da União**, Brasília, D. F. 19 dez.1995. Seção 1, p. 34

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Monumenta: Regulamento Operativo**, 2012. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/.../Regulamento%20Operativo_116049010>. Acesso em: 15/05/2012

LIRA, F. J. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas**, Maceió, AL: Edufal, 2007.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** The World Bank, Washington. D.C.: Oxford University Press, 2000.

POZZER, M. R. O. Políticas Públicas de Patrimônio Cultural na América Latina: o BID e os casos de Brasil e Equador. In: XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 2011, Recife. **Anais do XXVIII Congresso Internacional da ALAS**, Recife: 2011. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/alas_GT02_Marcio_R_O_Pozzer.pdf>. Acesso em: 13/11/2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Portal ODM: Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2012. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/al/penedo>>. Acesso em: 15/09/2012.

SEBRAE. Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos locais: **Projeto Promos - BID: versão 2.0**, Brasília: SEBRAE, 2004.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLANDE- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **APL Turismo Caminhos do São Francisco**, 2012. Disponível em: <<http://www.seplande.al.gov.br/desenvolvimento-economico/industria-comercio-e-servicos/oportunidade-de-negocios/arranjo-produtivos-locais/APL%20CAMINHOS%20DO%20SaO%20FRANCISCO.pdf>>. Acesso em: 13/09/2012.

SETUR – Secretaria de turismo do Estado de Alagoas. **Cidades Históricas**, 2012. Disponível em: <<http://www.turismo.al.gov.br/conhecendo-alagoas/alagoas-bom-demais/cidades-historica>>. Acesso em: 04/09/2012.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 2012a. **Monumenta Programme**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/worldheritage/monumentaprogramme/>>. Acesso em: 12/09/2012.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 2012b. **Patrimônio Cultural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 12/09/2012.

VALENTE, A. **Penedo, Sua História**. Maceió: Imprensa Oficial, 1957.

ZAMBI, M; MAGALHÃES A. C. **Inventário Nacional de Referências Culturais de Penedo**. Alagoas, Penedo, AL: UFAL/ IPHAN, 2010.

ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-modernas: Mapeando Cultura e Poder In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996, p. 204-219.

Recebido em: 08-10-2012

Aprovado em: 07-11-2012